



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao Sr. Flávio Dino, acerca das medidas de enfrentamento à violência contra a mulher, considerando o aumento alarmante dos casos no Brasil.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, acerca das medidas de enfrentamento à violência contra a mulher, considerando o aumento alarmante dos casos no Brasil. No sentido de esclarecer a esta Casa, encaminhamos as seguintes questões:

- a) Quais medidas concretas o Ministério de Justiça e Segurança Pública está adotando para enfrentar o aumento alarmante da violência contra a mulher no Brasil, como revelado pelas pesquisas recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Instituto Datafolha, e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)?
- b) Como o Ministério tem trabalhado para fortalecer as políticas públicas voltadas para a proteção das mulheres e garantir a punição dos agressores?
- c) Considerando que o relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta para a menor alocação orçamentária em uma década para o enfrentamento da violência contra mulheres em 2022, quais são as ações planejadas pelo Ministério para reverter essa situação e garantir recursos adequados para o combate efetivo desse





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

problema?

- d) Qual é o montante de recursos destinados ao enfrentamento da violência de gênero e como esses recursos estão sendo utilizados para apoiar as vítimas e prevenir novos casos de violência?
- e) De que forma o Ministério está trabalhando para melhorar a capacitação dos profissionais envolvidos no atendimento às vítimas de violência de gênero, como policiais, agentes penitenciários e profissionais da área da saúde, a fim de garantir um atendimento mais sensível, eficiente e qualificado?
- f) Além de punir os agressores, quais são as iniciativas do Ministério para garantir o acolhimento, assistência e apoio às vítimas de violência contra a mulher, especialmente no que diz respeito ao acesso a abrigos, atendimento médico, psicológico e jurídico?
- g) Como o Ministério está incentivando a colaboração entre os diferentes órgãos e instituições responsáveis pela segurança pública e pelo enfrentamento da violência contra a mulher, a fim de garantir uma atuação integrada e eficaz nesse tema?
- h) Quais medidas estão sendo adotadas para ampliar os espaços de acolhimento e apoio às vítimas de violência doméstica e sexual?
- i) Quais são os resultados e indicadores utilizados pelo Ministério para avaliar a efetividade das políticas públicas implementadas no combate à violência contra a mulher? Como o Ministério acompanha e monitora o impacto dessas políticas na redução dos índices de violência?
- j) Quais são os planos e metas do Ministério da Justiça e Segurança Pública para os próximos anos no combate à violência contra a mulher? Como o Ministério pretende garantir a continuidade e aperfeiçoamento das ações em curso e a implementação de novas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

medidas para a proteção das mulheres?

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil enfrenta atualmente um preocupante e alarmante aumento da violência contra a mulher, conforme revelado por uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Instituto Datafolha. Esse estudo revelou que todas as formas de violência contra as mulheres cresceram nos últimos tempos, apontando um cenário preocupante e perturbador. Os dados estimam que cerca de 18,6 milhões de mulheres foram vítimas de violência em 2022. É importante destacar que essa pesquisa, realizada em 2023, diz respeito à violência sofrida ao longo do ano anterior.

Outro dado alarmante revelado pela pesquisa é que uma em cada três mulheres brasileiras com mais de 16 anos já sofreu violência física e/ou sexual por parte de parceiros ou ex-parceiros. Esse índice é superior à média global, evidenciando a gravidade do problema no país. O relatório aponta ainda que 28,9% das mulheres entrevistadas declararam ter sido vítimas de algum tipo de violência ou agressão, representando a maior prevalência já registrada na série histórica. Ao compararmos com a pesquisa realizada em 2021, observamos um aumento significativo de 4,5 pontos percentuais, o que revela um sensível agravamento do quadro de violência contra as mulheres.

Ao analisar os dados obtidos, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública destaca alguns dos principais aspectos por trás desse crescimento preocupante da violência. Além das questões culturais e históricas que fomentam o machismo e a misoginia, é importante considerar outros fatores que contribuem para esse cenário alarmante. Dentre esses fatores, destaca-se a redução dos investimentos e da alocação orçamentária para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o ano de 2022 registrou a menor destinação de recursos para esse fim em uma década. Essa falta de investimento compromete a implementação de políticas e programas efetivos para prevenir e combater a violência contra as mulheres.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Além dos dados apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, outra pesquisa recentemente divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela a dura realidade enfrentada por parte considerável da população feminina no país. De acordo com o estudo, estima-se que o número de casos de estupro no Brasil por ano seja de 822 mil, o que equivale a dois casos por minuto. Essa estimativa foi obtida a partir de dados da Pesquisa Nacional da Saúde, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, tendo o ano de 2019 como referência.

Além disso, é urgente o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a proteção das mulheres, assim como a implementação de medidas efetivas para garantir a punição dos agressores e proporcionar o apoio necessário às vítimas. Isso inclui o aprimoramento do sistema de justiça, a capacitação adequada dos profissionais envolvidos no atendimento às vítimas, a ampliação dos espaços de acolhimento e o incentivo à denúncia.

Nítida, portanto, a pretensão de cunho de interesse público, sob a égide do princípio do bem comum e da coletividade, bem como, aliado ao fato de que a essência norteadora de todos os órgãos públicos do Estado se filiam na própria razão de existir da Administração, ou seja, no fato de que a Administração Pública atua voltada aos interesses da coletividade, solicito esclarecimentos e transparência nas questões apresentadas neste.

Dessa forma, sabendo da extrema importância dessa matéria e entendendo a necessidade que o cidadão possui em ter acesso a informações relacionadas ao tema, para poderem avaliar se as políticas estão sendo efetivadas e se as prioridades do governo estão alinhadas com as necessidades ambientais do país e do mundo, solicito as informações aqui requeridas e apoio para aprovação do presente requerimento de informações.

Sala de sessões, 16 de junho de 2023

Deputado AMOM MANDEL

